

## AS BIBLIOTECAS ESCOLARES NO BRASIL COLONIAL

Nubia Régia de Almeida (UFT)

[nubiaregia20@gmail.com](mailto:nubiaregia20@gmail.com)

Valéria da Silva Medeiros (UFT)

[medeiros.vs@hotmail.com](mailto:medeiros.vs@hotmail.com)

### RESUMO

Este estudo apresenta um relato histórico do surgimento e da consolidação da biblioteca escolar, no Brasil, no período colonial. Nesse percurso, também, foram levantados dados relativos ao sistema educacional do país, uma vez que considerar o contexto educacional e as políticas educacionais vigentes em dados momentos é relevante para melhor compreender a situação da biblioteca escolar. É importante ressaltar que não se trata de uma análise historiográfica, mas de um estudo bibliográfico. Os estudos apontaram que esse foi um período crítico para a biblioteca escolar, a princípio pela sua própria inexistência e, posteriormente pelo seu desmonte enquanto aparelho institucional e educacional.

#### Palavras-chave:

Implantação. Biblioteca Escolar. Brasil Colônia.

### ABSTRACT

This study presents a historical account of the emergence and consolidation of the school library in Brazil in the colonial period. In this way, also, data were collected related to the educational system of the country, since considering the educational context and the educational policies in force at certain times is relevant to better understand the situation of the school library. It is important to emphasize that it is not a historiographical analysis, but a bibliographical study. Studies have shown that this was a critical period for the school library, at first due to its own inexistence and later to its dismantling as an institutional and educational apparatus.

#### Keywords:

Implantation. Brazil Colony. School Library.

## 1. Introdução

Quando se fala da origem de bibliotecas no Brasil, remete-se à inauguração da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1811<sup>89</sup>, que

---

<sup>89</sup> A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro foi instituída por D. João VI em 1808. No entanto, o seu acervo começou a chegar no Brasil em 1809. No período de 1809 a 1811 o arquivista Luiz Joaquim dos Santos Marrocos ficou cuidando das atividades de instalação e de inauguração da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (LEITÃO, 2010, p. 80).

foi aberta ao público para pesquisas e consultas somente em 1814. Entretanto, bem antes da criação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, hoje denominada Fundação Biblioteca Nacional, as primeiras bibliotecas escolares já haviam sido instituídas no Brasil a partir da implantação dos colégios religiosos.

Rubens Borba de Moraes (1979), pesquisador brasileiro, em sua obra *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*, apresenta um panorama da implantação das primeiras bibliotecas no Brasil e o modo como funcionava o comércio de livros desde os primórdios da colonização até os anos 30 do século XX. Outra obra também muito importante para compreender o perfil das leituras brasileiras e o modo como os brasileiros tinham acesso aos livros desde o século XVI ao XIX é a obra de Jorge Souza Araujo, intitulada *Perfil do Leitor Colonial*.

## **2. Os primeiros livros no Brasil e a implantação de bibliotecas escolares**

De acordo com Moraes (1979), somente por volta de 1549, com a chegada dos Jesuítas no atual estado da Bahia, chefiados por Manuel da Nóbrega, entram no país os primeiros livros, marcando o início da instrução do povo brasileiro, a princípio destinada a catequisar índios e instruir colonos. Para Moraes (1979) e para Araujo (1999), essa data representa o marco e a sistematização da vida administrativa, econômica, política, militar, espiritual e social do Brasil, principalmente, devido à instalação do Governo-Geral em Salvador, na Bahia e a difusão de práticas educativas pelos Jesuítas, indicando a circulação de livros no país. Araujo (1999, p. 23) ressalta que antes de 1549 o que se verifica no Brasil “[...] é um imenso vazio cultural”.

Nesse período, chegaram ao país outras ordens religiosas que também trouxeram consigo livros destinados a catequisar, a evangelizar e a instruir a população brasileira. Dentre essas ordens, estão as dos franciscanos, dos beneditinos e dos carmelitas. Todavia, a ordem dos padres da Companhia de Jesus foi a que obteve mais sucesso nessa missão. Maria Lúcia de Arruda Aranha (1996, p. 102), autora do livro *História da educação*, explicita que o monopólio da educação jesuítica, por mais de dois séculos no Brasil, foi o resultado do apoio da Coroa Portuguesa que, além de atender suas solicitações administrativas, também ajudava a Companhia de Jesus doando generosas quantidades de terras. De acordo com a autora, o governo português não intervinha nos planos dos jesuí-

tas, uma vez que a educação sempre constituiu um importante meio de submissão e de domínio político.

Dermeval Saviani (2008), no livro *História das ideias pedagógicas no Brasil*, também, aponta como fatores fundamentais para o monopólio da educação jesuítica, no Brasil, além do apoio da Coroa Portuguesa, o apoio das autoridades locais. Segundo o autor,

[...] os Jesuítas vieram em consequência de determinações do rei de Portugal, sendo apoiados tanto pela Coroa portuguesa como pelas autoridades da colônia. Nessas circunstâncias puderam proceder de forma mais orgânica, vindo exercer virtualmente o monopólio da educação nos dois primeiros séculos da colonização. (SAVIANI, 2008, p. 41)

Diante de todo esse contexto favorável à implantação do projeto educacional, os Jesuítas estenderam, também, suas ações ligadas à educação seguindo as mesmas ideias e princípios da congregação por todo o território conquistado pelos portugueses na América Meridional. Portanto, “isso fez com que o ensino por eles organizado viesse a ser considerado um sistema pelos analistas da história da educação brasileira do período colonial” (SAVIANI, 2008, p. 41). As outras congregações não tiveram apoio financeiro nem material da Coroa. Em decorrência disso, elas “operaram de forma dispersa e intermitente [...] contando apenas com o apoio das comunidades e, eventualmente, das autoridades locais” (SAVIANI, 2008, p. 41). Diante dessa situação, elas apresentaram dificuldades para implantar um sistema de ensino que tivesse o mesmo êxito.

Para Moraes (1979, p. 2), foi com a chegada das ordens religiosas e com a implantação de seus conventos que o Brasil começa “a engatinhar pelo caminho da cultura”, até então as atividades praticadas no país eram a extração do pau-brasil e o incipiente cultivo de lavouras de cana-de-açúcar.

Os primeiros colégios brasileiros foram fundados pelos jesuítas na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Pará, no Maranhão e em outros estados brasileiros. Juntamente com os colégios, eram instaladas as bibliotecas escolares para acolherem os acervos que eram destinados à instrução elementar dos índios, colonos brancos (salvo as mulheres), educação média aos homens de classes dominantes. Destes, parte seguia seus estudos destinados ao sacerdócio e outra parte aos estudos superiores realizados em Coimbra.

A chegada dos Jesuítas e a instalação de suas bibliotecas escolares propiciaram aos colonos o contato com a cultura escrita e o início de sua

formação intelectual. Moraes (1979) afirma que:

Em fins do século XVI já se nota certa vida intelectual na Bahia, em Pernambuco, talvez, no Rio de Janeiro. [...] Mas pelo que sabemos, os livros eram raros em mãos de particulares, já eram numerosos nos colégios dos Jesuítas e, provavelmente, nos conventos de outras ordens. Já se pode notar a existência de várias bibliotecas no final da era quinhentista. (MORAES, 1979, p. 1-2)

Esse pioneirismo advindo da implantação de escolas de ordenação e de bibliotecas escolares no nosso país pelo Padre Manoel da Nóbrega, foi elogiado pelo pesquisador Paulo Ghiraldelli Júnior, em sua obra *História da educação Brasileira*. Segundo o autor, foi graças a elas que “alguma instrução chegou aos filhos dos colonos brancos e aos mestiços” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2009, p. 25).

O pesquisador Luiz Antônio Gonçalves da Silva (2008), no artigo *As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite*, destaca a preocupação dos padres jesuítas com a formação de uma biblioteca para a implantação de suas obras voltadas ao ensino. Para os padres, as bibliotecas eram a base central para todas as suas ações.

Uma vez iniciada uma obra, os padres começavam a providenciar os meios para o exercício de suas atividades. Entre eles estavam os livros. Constituíam a base para a ação dos jesuítas, e a sua falta prejudicava as atividades da ordem na catequese dos índios, assistência religiosa, ensino e educação dos colonos. E assim procuravam instalar livrarias em todos os seus estabelecimentos, desde os mais importantes, situados nas sedes das províncias, até os mais modestos nas distantes aldeias. Referindo-se às casas do norte do Brasil, Serafim Leite afirma: “Não havia aldeia, por mais recuada que fosse na profundeza dos sertões e rios que a não iluminasse ao menos uma estante de livros” (LEITE, 2004, T. IV, p. 113 *apud* SILVA, 2008, p. 221).

Moraes (1979), também, enfatiza a preocupação dos jesuítas em enriquecer suas bibliotecas, não apenas devido às suas necessidades pessoais, mas, principalmente, para servir de base às suas atividades nos seminários e nos colégios onde recebiam alunos desde as primeiras letras até os cursos de filosofia. Qualquer pessoa poderia ter acesso às suas bibliotecas, desde que fizesse o pedido competente.

Otaíza de Oliveira Romanelli, em seu livro *História da Educação no Brasil (1930/1973)*, critica o sistema educacional implantado pelos Jesuítas. Primeiro, porque esse sistema serviu para manter a organização

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

social metropolitana vigente por meio da “predominância de uma minoria de donos de terra e senhores de engenho sobre uma massa de agregados e escravos” (ROMANELLI, 1989, p. 33). A educação era privilégio desta classe dominante e em número restrito. Dela eram excluídas as mulheres e os primogênitos, estes últimos, por serem incumbidos a dar continuidade aos negócios paternos. Nesse sentido, os primogênitos recebiam apenas alguma educação rudimentar que os preparasse para dirigir o clã, a família e os negócios.

O segundo ponto criticado por Romanelli (1989) é a configuração do sistema educacional como um meio para transportar o conteúdo cultural da Metrópole para a Colônia. De acordo com a autora, os padres eram portadores de conteúdos que difundiam na Colônia o movimento da Contra-Reforma. Assim, eram eles:

[...] a materialização do próprio espírito da Contra-Reforma, que se caracterizou sobretudo por uma enérgica reação contra o pensamento crítico, que começava a despontar na Europa, por um apego a formas dogmáticas de pensamento, pela revalorização da Escolástica, como método e como filosofia, pela reafirmação da autoridade, quer da Igreja, quer dos antigos, enfim, pela prática de exercícios intelectuais com a finalidade de robustecer a memória e capacitar o raciocínio para fazer comentários de textos. Se aos Jesuítas de então faltava o gosto pela ciência, sobrava-lhes, todavia, um entranhado amor às letras, cujo ensino era a maior preocupação [...] (ROMANELLI, 1989, p. 34)

Isso não significa que não precisassem ensinar as letras e a literatura. A crítica está no modo como era realizado esse ensino e nos seus objetivos, com destaque ao aprimoramento da oratória e à formação de intelectuais capazes de escrever belos poemas e sermões. No que tange à concepção de leitura e de ensinar a ler, Araujo (1999) assegura que eram difundidas pelos padres jesuítas com o intuito de:

[...] Ler para apreender e compreender, segundo os cânones inicianos e os padres professores, não o mundo à volta, mas o mundo como imaginava e coagia a inteligência jesuítica. Nenhum espaço para fantasia, para o imaginário, para a abstração ou para a comoção estética ou o experimento crítico. Livros, só os que renovassem a sacralidade da instituição católica mediavalizante e sua permanência irreversível. A ideologia jesuítica era, portanto, a da Contra-Reforma, a do Concílio de Trento, a do *Index librorum prohibitorum* a do *Ratio et institutio Societas Jesu*. Tudo, pois a serviço de conteúdos medievalizantes, teocêntricos, conservadores de uma prática política que obstasse a expansão da Reforma. Sua cultura, conseqüentemente, avaliza uma determinação histórica marcadamente contrária aos ideais renascentistas. (ARAUJO, 1999, p. 41-2) (Grifos do autor)

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Malard (1985) e Romanelli (1989) discordam dos objetivos e dos métodos de ensino dos jesuítas por não serem condizentes com a realidade da sociedade, predominantemente, agrícola da Colônia. Para as autoras, o ensino não apresentava objetivos práticos que pudessem auxiliar essa sociedade com os meios de produção e que a melhoria destes resultasse em benefícios econômicos às famílias. Os estudos serviam apenas para engrandecer a memória e para desenvolver a arte de bem falar e escrever, habilidades pouco valorizadas em uma sociedade agrícola que em sua maioria não tinha apreço pela cultura escrita. O foco principal dos estudos deveria ser o de desenvolver a reflexão e a criticidade dos estudantes, além de preparar os alunos para lidar com os meios de produção e para intervir, qualitativamente, na economia e na política do país, segundo as autoras. Dessa forma, o sistema de ensino dos Jesuítas favoreceu os interesses da Coroa Portuguesa que enxergava no movimento da Contra-Reforma uma ameaça ao seu poder. Para a metrópole, não era interessante um ensino que visasse tornar o cidadão um ser de espírito crítico, reflexivo, dado ao desenvolvimento da pesquisa e da experimentação.

No tocante à educação indígena, Romanelli (1989) e Aranha (1996) ressaltam que ela tinha objetivos práticos, que eram o de catequizar e de assegurar a sua conversão. Por isso, os indígenas recebiam instruções elementares. Nesse sentido, o sistema de ensino Jesuítico tinha caráter dualista, visto que a educação destinada aos indígenas era diferente da educação oferecida aos filhos dos colonos aristocratas. Para os índios, era destinado um ensino voltado à cristianização e à pacificação, visando torná-los dóceis para o trabalho. Já os jovens colonos não primogênitos recebiam uma educação voltada não apenas ao desenvolvimento da leitura e da escrita, mas também como um meio de perpetuar os interesses da Coroa Portuguesa, privando os alunos de entrarem em contato com as correntes filosóficas da Contra-Reforma.

### **3. *Breve panorama do sistema de ensino e das bibliotecas escolares nos anos de 1700 até a chegada da Família Real no Brasil***

Ghiraldelli Jr. (2009) afirma que os estabelecimentos dos jesuítas não foram numerosos, diante das demandas educacionais brasileiras, mas foram suficientes para influenciar a sociedade e a elite brasileira. Até sua expulsão em 1759, pelo Marquês de Pombal, os jesuítas já haviam implantado no país mais de cem estabelecimentos de ensino, considerando os colégios, as residências, as missões, os seminários e as escolas de ler e

de escrever.

O grande interesse educacional das ordens religiosas, incluindo os jesuítas, era combater a expansão do protestantismo, iniciada por Martinho Lutero que, ao discordar das tradições da Igreja medieval, passou a incentivar os fiéis a consultarem diretamente o texto bíblico. De acordo com suas concepções, o cristão não precisava de um intermediário para chegar a Deus, ele podia fazer isso por si só e o caminho seria a consulta direta aos textos bíblicos (ARANHA, 1996). Para tanto, o cristão deveria saber ler.

Aranha (1996, p. 91) enfatiza que, a partir da Reforma Protestante, “a educação se torna então importante instrumento para a divulgação da Reforma, por dar iguais condições a todos os homens de leitura e interpretação da Bíblia”. Diante disso, surge a necessidade de a Igreja também iniciar suas atividades educacionais para garantir terreno diante da Reforma. Porém, para satisfazer o interesse da Coroa e os interesses da Igreja, a educação era controlada e os textos eram selecionados, recortados, apostilados antes de chegarem às mãos dos alunos. Com a intolerância dos adultos, a Igreja sentiu-se mais segura para conquistar as almas dos jovens e, com isso, multiplicam-se os colégios de ordens religiosas, principalmente dos jesuítas.

A expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal foi considerada por Moraes (1979) uma grande catástrofe para as bibliotecas no Brasil. Nos mais de dois séculos em que os jesuítas se empenharam em seu trabalho educacional, as obras, as bibliotecas, locais apropriados para acomodar os livros, os acervos a toda e qualquer comunidade onde eles abriram alguma obra missionária foram simplesmente confiscados e dilapidados, logo após sua expulsão do Brasil. Moraes (1979) assegura que:

As bibliotecas sofreram um golpe terrível com a expulsão da Companhia de Jesus. Todos os seus bens foram confiscados, inclusive as bibliotecas. Livros retirados dos colégios ficariam amontoados em lugares impróprios, durante anos, enquanto se procedia ao inventário dos bens inactos. Se uma ou outra obra foi incorporada aos bispados, algumas remetidas para Lisboa, a quase totalidade foi dilapidada, roubada ou vendida como papel velho a boticários para embrulhar unguentos. O clima úmido e os insetos deram cabo do restante. Não foram somente os livros o que o abandono destruiu. A magnífica sala da livraria dos Jesuítas em Salvador estava, em 1811, em tão mal estado que só depois de restaurada pôde-se instalar nela a Biblioteca Pública da Bahia. (MORAES, 1979, p. 6-7)

Após a expulsão dos jesuítas, restaram à população brasileira apenas as bibliotecas de outras ordens religiosas. Moraes (1979) assevera

que, as ordens dos beneditinos, franciscanos e carmelitas, principalmente, tinham, em seus conventos escolas anexas que ofertavam o ensino das primeiras letras e nos principais conventos dessas ordens ofertavam também cursos superiores para formação dos frades.

Moraes (1979) assegura, ainda, que algumas ordens como a dos franciscanos, após a expulsão dos jesuítas, procuraram adequar suas metodologias em conformidade com a reforma de Pombal na Universidade de Coimbra. Portanto, “[...] em 1776 eles reformularam totalmente seus estudos” (MORAES, 1979, p. 6) deixando de lado os métodos escolásticos usados pelos jesuítas. Em virtude disso, houve uma renovação no acervo das bibliotecas dessas ordens, visando a obtenção de conhecimentos para a introdução dos estudos experimentais das Ciências. Em 1798, foi fundado, em Olinda, o Seminário da Graça, pelo Bispo de Pernambuco José Joaquim da Cunha de Azeredo, onde iniciou-se o ensino da nova filosofia ilustrada. Essas duas novas concepções de ensino foram consideradas um marco para a educação no Brasil colonial. Por meio delas, alguns estudantes e, também, a comunidade puderam ter acesso a novas concepções filosóficas por meio da renovação do acervo das bibliotecas dessas ordens.

De acordo com Fernando de Azevedo, na obra *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*, o que o Brasil sofreu com a Reforma Pombalina “não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico” (AZEVEDO, 1943, p. 539). Essa reforma significou o desmonte de todo um sistema organizado durante dois séculos pelos padres da companhia dos jesuítas sem pensar antes em um novo sistema que pudesse substituí-lo, o que trouxe muitos prejuízos para a população que vivia na colônia, mas atendeu aos interesses do Marquês de Pombal que era o de destruir o sistema de ensino jesuítico e retirar a influência que a companhia havia conquistado nas colônias.

Romanelli (1989) explicita que, após a expulsão dos jesuítas, o estado enfrentou inúmeras dificuldades para reorganizar o sistema de ensino no Brasil. Somente após decorridos treze anos da saída dos jesuítas do país, Portugal começou a providenciar a substituição dos educadores. Pela primeira vez, a metrópole assume os encargos com a educação pública diante da dificuldade imposta pela perda da uniformidade pedagógica adotada pelos jesuítas e sem a harmônica transição de um nível de ensino para o outro.



## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Ghiraldelli Jr. (2009) e Aranha (1996) explicitam que o curso de Humanidades foi substituído pelo sistema de aulas régias, em 1772, configuradas por aulas avulsas e isoladas. Novos educadores foram contratados pelo poder público para desenvolver as aulas régias. Eles eram os responsáveis para montar a estrutura do curso, de disciplinas, e o local de trabalho em que funcionariam essas aulas. Depois de montada a “escola”<sup>90</sup> e requisitado o seu funcionamento, o estado, por sua vez, era o responsável por pagar os professores para ministrar as aulas. Portanto, mestres leigos e parcamente pagos foram legitimados para ministrar a educação, houve uma diversificação de disciplinas isoladas em decorrência da autonomia que cada educador tinha para organizar seus currículos. Foram ofertadas aulas de línguas modernas como francês, desenho, aritmética, geometria, ciências naturais, latim, grego, filosofia, retórica.

Romanelli (1989) ressalta que muitos educadores que prestaram serviços para o estado foram formados nos seminários dos jesuítas. Isso significa que as bases do ensino não mudaram tanto, porque esse clero formado nos seminários passou a atuar na comunidade da qual ele proviera. Eles eram os filhos dos proprietários de terras que passaram a atuar como mestre-escola, preceptores dos filhos da aristocracia rural e foram os que compuseram o maior contingente de professores recrutados pelo estado para as chamadas aulas régias. A autora enfatiza que o ensino passou a acontecer de forma parcelada, fragmentada e teve seu nível rebaixado, mas continuou sendo orientado pelos mesmos objetivos religiosos e literários enquanto mantinha os mesmos métodos pedagógicos.

No âmbito de tal estrutura, é difícil imaginar como funcionaria uma biblioteca escolar. O acesso a obras era restrito e poderia ocorrer nos casos em que os professores tivessem acervos consideráveis e disponibilizassem aos seus alunos, já que naquele período não havia ainda tipografias no Brasil e o acesso a novos livros era difícil. Para adquirir novas obras, era preciso encomendar da Europa e passar pelo crivo do inquisidor (como será visto logo adiante) ou, então, adquirir de alguém que estivesse retornando para os países europeus.

Ainda, no Brasil Colônia, foi instalada a primeira biblioteca pública do país na cidade de Salvador, denominada Biblioteca Pública da Bahia. Contudo, sua criação não partiu de iniciativa do poder público, mas de Pedro Gomes Ferrão de Castelo Branco, um rico senhor de enge-

---

<sup>90</sup> Aspas em oposição à noção de escola nos dias de hoje.

nho que apresentou um projeto em que a administração da biblioteca seria “exercida por uma sociedade e os fundos necessários proviriam dos sócios” (MORAES, 1979, p. 143). O governador da Bahia, Dom Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, aprovou sua criação em 08 de maio de 1811, porém ela só viria a ser inaugurada e aberta ao público em 04 de agosto daquele ano, devido às reformas realizadas no prédio onde funcionava a biblioteca dos jesuítas. As obras que comporiam o acervo vieram de empréstimos e de doações de particulares. Além disso, um montante considerável para a época foi arrecadado com intuito de adquirir novos exemplares.

Nesse período, a Biblioteca Real do Rio de Janeiro já estava instalada e funcionando apenas para atender a família real. Contudo, Moraes (1979) ressalta que esta não era considerada uma biblioteca brasileira, pois já existia em Lisboa, tendo sido transferida para o Brasil apenas para suprir as necessidades temporárias da realeza. Inaugurada em 13 de maio de 1811, atendia à Corte e aos estudiosos mediante pedido até 1814, quando, também, foi aberta para atendimento ao público.

À época da chegada da corte portuguesa, ainda prevaleciam as insuficientes aulas régias. Portanto, D. João VI criou escolas a fim de preparar os jovens para atuar no mercado de trabalho. O ensino foi estruturado em três níveis: primário, secundário e superior. Contudo, a preferência foi dada ao ensino superior para formar um contingente de profissionais que pudessem atender à nova demanda da colônia (GHIRALDELLI JR., 2009; ARANHA, 1996).

Moraes (1979) afirma que, no Rio de Janeiro, a divulgação da cultura não estava restrita apenas à Biblioteca Real do Rio de Janeiro e àquelas dos conventos de São Bento, de São Francisco e de outras ordens religiosas. A chegada da família real ao Brasil impulsionou a abertura de novas instituições que ministravam o ensino superior, tais como a Real Academia Militar, o Laboratório Químico-Prático, a Academia Médico-Cirúrgica, o Arquivo Militar, e a Academia Real dos Guardamarinhas. Para que essas instituições cumprissem suas funções, foi preciso implantar em cada uma delas bibliotecas que contribuíram assim para a divulgação da cultura a uma parte da população composta pelos estudantes e pelos professores.

#### 4. Considerações finais

Esse estudo permitiu fazer um mapeamento do surgimento das bibliotecas escolares no Brasil implantadas pelos Jesuítas. Verificou-se que elas foram muito importantes para formação intelectual da elite brasileira e que até os anos de 1700 houve uma expansão dessas bibliotecas em várias regiões do país. Contudo, ficou evidente que sua expansão foi permitida por interesse político da Coroa Portuguesa, enquanto o ensino jesuítico era favorável aos interesses reais, eles puderam expandi-lo, mas a partir do momento em que o Marquês de Pombal convenceu a coroa de que o sistema de ensino Jesuítico não mais satisfazia os interesses da Coroa, todo esse sistema foi desmontado, sem que analisassem os prejuízos que a população brasileira pudesse ter com a falta de escolas, bibliotecas e professores que pudessem instruir as crianças.

Embora, no final desse período que compreendeu o Brasil Colônia, já houvesse instaladas bibliotecas públicas impulsionadas pela chegada da família real aqui no país, ainda assim, considera-se um período difícil para as bibliotecas escolares no Brasil, a princípio pela sua própria inexistência, posteriormente, pelo desmonte das poucas bibliotecas instaladas pelos jesuítas, tendo em vista a extensão do país e, por último, pela falta de estrutura do sistema de ensino montado pelo Marquês de Pombal que impossibilitava a criação de bibliotecas escolares para uso dos alunos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996. 255p.

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999. 508p.

\_\_\_\_\_. *Leitor colonial, esse brasileiro*. Manaus: Edições Muiraquitã, 2010. 112p.

AZEVEDO, Fernando. O sentido da educação colonial. In: *A Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943. p. 289-320

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da educação brasileira*. 4. ed. São Paulo: Cortês, 2009. 272p.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. *A relação entre as bibliotecas públicas, bibliotecários e a censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão*. 228 f. Tese (doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MALARD, Leticia. *Ensino e literatura no 2º grau: problemas & perspectivas*. Porto Alegre, Mercado aberto, 1985. 112p.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1979.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*, 11. ed. Petrópolis, Vozes. 1989.

SAVIANI, Dermeval. *Histórias das idéias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. Campinas-SP: Autores associados, 2008. (Colêção Memórias da Educação)

SILVA, Luiz Antônio Gonçalves da. As bibliotecas dos Jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite. *Perspectivas em Ciência da Informação*. V. 13, n. 2, p. 219-37, maio/ago. 2008.